

## “Catástrofe” anunciada: os últimos dias de um regime opressor e os exilados políticos portugueses no Brasil

“Catastrophy” announced: the last days of an oppressive regime and the Portuguese political exiles in Brazil

Elisabeth Battista

Unemat

**Palavras-chave:** Exilados portugueses, jornalismo, Portugal Democrático, *Os últimos dias do fascismo português*, Maria Archer.

**Keywords:** Portuguese exiles, journalism, *Democratic Portugal*, *The last days of Portuguese fascism*, Maria Archer.

Vê esta pátria, escombro a escombro,/cair  
na treva/[...]/  
Que nova luz virá raiar/Da noite em que  
jazemos vis?

Fernando Pessoa

*Os últimos dias do fascismo português*, lançado em 1959, durante o longo exílio de Maria Archer no Brasil, cede lugar à pluralidade de vozes no decurso das audiências do julgamento do processo político que teve lugar no 1º Tribunal Militar Territorial, (Santa Clara), em Lisboa<sup>1</sup>, em Dezembro de 1952. Trata-se da compilação dos apontamentos tomados pela autora, durante as referidas audiências.

Tais anotações, a escritora e jornalista Maria Archer, tendo sido alvo de intensa perseguição intelectual em Lisboa, inclusive com a censura e o confisco de três de suas obras<sup>2</sup>, enviava, de forma clandestina, a um amigo exilado no Brasil, Tomás Ribeiro Colaço<sup>3</sup>. Seis anos mais tarde, as anotações reunidas

<sup>1</sup> A sua origem remonta ao arquivo do Conselho de Guerra, criado em 11 de dezembro de 1640, que se crê ter sido o primeiro arquivo militar português.

<sup>2</sup> *Ida e volta de uma caixa de cigarros* (1938); *Casa sem pão* (1947) e os originais de *Os últimos dias do fascismo português* (1952).

<sup>3</sup> Tomás Ribeiro Colaço (1899-1965). Amigo de Maria Archer. Advogado, autor de vasta obra como romancista, poeta, dramaturgo, ensaísta, foi também crítico em jornais e na rádio, fundou, em 1934, o semanário literário *Fradique*.

em forma de memórias aparecem publicadas no Brasil, sob o título *Os Últimos Dias do Fascismo Português* (1959). O próprio Colaço, em nota na primeira página, comenta que o livro é sem dúvida,

o mais grave e doloroso libelo contra a nossa ditadura; e mais, contra o conformismo horroroso que ela já conseguiu implantar em várias camadas do espírito português. É um dos grandes documentos do nosso tempo. (Archer 1959, p. 6)

Este livro estampa em capa a contrafé da Polícia “convidando” Maria Archer a comparecer à Rua Antonio Maria Cardoso, 20, no dia 20 de maio de 1953, a fim de prestar contas de seus atos e suas ideias (à PIDE), e teve sua edição esgotada logo no ano seguinte à sua publicação no Brasil.

Ao tomar o consistente volume de 313 páginas nas mãos, o leitor tem diante de si um título instigante, direto e incisivo. A expressão “Os últimos dias do fascismo português”, por sua incisiva referencialidade não deixa margem a interpretações metafóricas.

O título, bem como o documento que fornece a imagem para a ilustração da capa do livro, reportam-se a um dos movimentos políticos em voga e remetem à ideologia de extrema direita e, nesta direção, a maioria dos estudiosos sobre o tema, quer historiadores, quer cientistas políticos, independentemente da escola teórica em que se insiram, tendem a excluir o Estado Novo do fascismo<sup>4</sup> e do totalitarismo.

E, o que distingue um regime autoritário de um regime totalitário? Bem, essa é uma discussão mais complexa. O título, de fato remete ao movimento político apoiado popularmente na altura, ou seja, “conjunto das instituições políticas dum sistema social e o modo como o sistema político se forma e funciona” (Fernandes, 2010, p. 143), a arquitetura organizacional das “relações entre governantes” (Pinto, 1990, pp. 395-396).

O fato é que a referida obra da autora portuguesa Maria Archer, lançada na condição de exilada em terra de idioma fraterno, fixa acontecimentos que terão repercussão de proporção imprevista nos rumos políticos do seu país natal e darão sentido à luta contra o regime opressor vigente em seu país de origem.

No livro, a literatura e a história recente de Portugal se interseccionam, e, aparelhados com este “espírito de jornada”, conforme aduz Antonio Candido, somos capturados e surpreendidos por estas palavras iniciais da autora:

---

<sup>4</sup> A esse respeito, de acordo com os registros históricos, a Itália foi o primeiro país a assistir à ascensão de um movimento antibolchevique, antissocialista, nacionalista, corporativo e violento. O embrião do que viria a ser o Partido opinião, Portugal, em certa medida tomou os postulados do regime fundado em 1919, em Milão, pelo ex-socialista Benito Mussolini. Muito embora, na opinião da crítica, o fascismo, desde o início, tenha procurado ideologizar as massas, o movimento, segundo afirma-se, nunca teve apoio tão indiscriminado na sociedade italiana quanto o nazismo na Alemanha. Apesar disso, a Itália admitiu partidos com o Movimento Socialista Fiamma, fundado em 1985 por seguidores de Mussolini.

Delenda Cartago<sup>5</sup>

Intróito

É meu intento, ao escrever estas páginas, fixar alguns aspectos dum dos julgamentos políticos realizados sob a ditadura de Salazar. Ocasionalmente, e sem vislumbre de preferência, veio ao meu encontro e deste propósito, o processo de Henrique Galvão e os seus co-réus. Pedi e obtive, na “República” que me autorizassem a servir do nome do jornal para o direito de um lugar da bancada de imprensa. Isto é, a garantia de um lugar sentado. E a garantia de me encontrar ao alcance das vozes do tribunal.

A expressão, ao pé da letra, significa: “Destruam Cartago!”. Trata-se da frase de Catão, político romano que defendia a destruição da cidade africana devido à ameaça econômica e bélica que ela representava para Roma. A campanha surgiu durante as Guerras Púnicas, três guerras sucessivas ocorridas ao longo de um século, até que o exército romano sitiou a cidade, invadiu-a, degolou os sobreviventes, incendiou, e depois espalhou sal sobre as ruínas.

“Delenda Cartago” é também o título de um dos poemas épicos mais belos da língua portuguesa, escrito por Olavo Bilac: “Fulge e dardeja o sol nos amplos horizontes do céu da África...”. Bilac descreve em alexandrinos cinemascópicos o cerco, e reproduz alguns dos mitos que cercam essa batalha tão famosa quanto a do Cerco de Tróia: a de que quando os arcos dos defensores tinham suas cordas partidas de tanto disparar flechas, as mulheres cartaginesas cortavam seus longos cabelos para fabricar novas cordas e defender a cidade.

No referido processo que derivou o livro lançado em 1959, sete pessoas foram julgadas e, dentre elas, duas foram condenadas: o Capitão Henrique Carlos da Maia Galvão, nome marcante na História contemporânea portuguesa e o Coronel Gonzaga Tadeu. Quando nos referimos ao nome do Henrique Galvão, a nossa memória discursiva é conduzida, paradoxalmente, a outro polo da história do regime político e somos levados, de forma muito sucinta, a recuperar: apoiante convicto do Estado Novo, desde a primeira hora, uma vez que fora um dos atores sociais a tomar parte ativa na revolução de 28 de Maio de 1926, Henrique Galvão foi passando de salazarista fervoroso a desiludido pelo rumo da política nacional, até se tornar num acérrimo opositor. Como se operou esta transformação, quais os motivos e as circunstâncias que lhe estão subjacentes?

Para compreendermos melhor esse gesto vale a pena enveredar, ainda que panoramicamente, pelos meandros do percurso de Henrique Galvão que desde cedo seguiu a carreira militar. Foi um dos apoiantes de Sidónio Pais. Administrou o concelho de Montemor-o-Novo. Participou na revolução de 28 de maio de 1926. Exerceu a função de Comissário Geral da Exposição Colonial Portuguesa, realizada no Porto, em 1934. Nesse mesmo ano foi nomeado como primeiro diretor da Emissora Nacional.

---

<sup>5</sup> “Delenda Cartago!” é uma frase latina de Catão, político romano, cujo significado é: “Cartago deve ser destruída!”. O bordão do político romano era na verdade uma frase mais longa: “Ceterum censeo Carthaginem esse delendam”, algo como “olha, eu não sei não, mas por mim, essa tal de Cartago deveria ser eliminada quanto antes”.

Por volta de 1948 era Deputado por Angola e funcionário do Ministério das Colônias. No exercício da função de Inspetor Superior Colonial, ao retornar de uma viagem apresenta um dossiê que revela graves desvios na administração local.

O dossiê é entregue, entretanto, o Ministério das Colônias não se pronuncia. Henrique Galvão leva a denúncia para a Assembleia em Angola. No início da década de 50, Galvão tornou-se dissidente do regime de Salazar e deu início ao movimento de resistência com seus pares, seu plano, entretanto, acabou por ser abortado, ele foi preso e expulso do exército.

No Julgamento de Santa Clara acaba por ser condenado a cumprir pena. Conforme foi dito anteriormente. Em 1959, contudo, aproveitando-se de uma ida ao Hospital de Santa Maria, fugiu e refugiou-se na embaixada da Argentina, tendo conseguido exílio político na Venezuela.

## De Santa Clara ao Santa Maria: a memória e os sobreviventes

Henrique Galvão era, como Humberto Delgado, uma figura extremamente popular nos meios oposicionistas não afetos ao Partido Comunista Português. Após ter perdido as eleições presidenciais em Portugal e sentindo-se perseguido, Humberto Delgado, no dia 12 de Janeiro de 1959 pediu asilo na embaixada brasileira em Lisboa, onde permaneceu por cerca de 100 dias. O pedido de asilo gerou controvérsias e tensões, pressões do governo português, dúvidas do então presidente do Brasil, Juscelino Kubitschek, pressões do embaixador Álvaro Lins, que assumiu a defesa do asilado.

Maria Archer, no Ato de Solidariedade ao povo cubano, promovido pela União Estadual dos Estudantes, em 24 de janeiro de 1959, onde contou com a participação do Capitão Sarmiento Pimentel, faz alusão ao fato. Em seu pronunciamento para mais de 1500 pessoas, Maria Archer iniciou dizendo não estar acostumada a falar de improviso, já que “em Portugal esse costume não pode ser desenvolvido, pois lá temos que escrever tudo o que se vai dizer e submeter à aprovação política do Salazar”, e prossegue:

Heróis anônimos tombam dia após dia, nos porões das cadeias políticas de Salazar, enquanto uma centena de fantoches do governo vive no luxo e no conforto. A colônia portuguesa que se encontra no Brasil, talvez por ser formada na sua maior parte de indivíduos apolíticos, que para cá se dirigem e tenho a impressão que aqui se influenciam pela máquina de propaganda orientada pelo governo português, começa ultimamente a tomar consciência e felizmente, da real situação, o mesmo não se deu quando há dois ou três anos passados para aqui se dirigiu o caixeiro viajante da ditadura general Craveiro Lopes<sup>6</sup>.

Ao finalizar, a autora expressou ainda a sua gratidão à Embaixada brasileira e à coragem do governo deste país, manifestando o desejo para dentro em pouco,

---

<sup>6</sup> Francisco Higinio Craveiro Lopes foi o décimo segundo presidente da República Portuguesa (terceiro do Estado Novo), atuou no período de 1951 e 1958. Natural de Lisboa, 12 de Abril de 1894, faleceu na cidade natal, a 2 de Setembro de 1964.

do grande prazer de receber o verdadeiro presidente dos portugueses, o General Humberto Delgado que “tenho a certeza de que ele entrará tão triunfante em Lisboa, como Fidel entrou em Havana”.

Delgado organizou o Movimento Nacional Independente (MNI, de 1959) que se tornou a base para várias de suas ações. Após a eleição, no início de 1959, ele foi demitido da Força Aérea. O jornal *Portugal Democrático* cobriu as eleições presidenciais de 1958 e se posicionou frente à derrota de Delgado, acompanhando seu exílio para o Brasil.

Finalmente, em abril de 1959, Delgado partiu para o Brasil mantendo suas ações de oposição ao regime (também esteve na Argélia, Itália, França, tendo retornado ao Brasil). No Rio de Janeiro, o Movimento Nacional Independente (MNI, encabeçado por Delgado) teve como elemento de divulgação um novo jornal – *Portugal Livre* (1959-1960, 13 edições), fundado por iniciativa de Miguel Urbano Rodrigues, o qual levantava a plataforma da liberdade de expressão, contra a censura, pela democracia em Portugal e anistia dos presos políticos.

A despeito do imbróglcio diplomático, Delgado refugiou-se na Embaixada do Brasil, acabando por partir, a 21 de Abril de 1959, para o Rio de Janeiro, onde travou contato com intelectuais opositoristas ao regime político de Salazar.

Havia certa divergência no interior do Partido Comunista, para muitos, Portugal ainda não se encontrava devidamente habilitado para deflagrar uma revolução, enquanto Galvão era da opinião que não havia razão e nem tempo a perder.

Nesta direção, durante os respectivos exílios – Galvão na Venezuela e Delgado no Brasil –, engendraram o plano que viria a ser a iniciativa mais espetacular. Em 1961, Portugal e o mundo foram surpreendidos com o desvio do pacote de luxo Santa Maria, que singrava o Atlântico a caminho de Miami. O comandante era Henrique Galvão. Que fatores instigam um capitão do Exército, antigo defensor de Salazar, a corajosa protagonização de um gesto desta natureza? Sua motivação era reivindicar a atenção mundial para a condição de subjugação política das colônias de Portugal.

O desvio do pacote português Santa Maria, com centenas de passageiros de várias nacionalidades e, atingiu a almejada visibilidade de proporções internacionais, a que deu o nome de “Operação Dulcineia”. Coordenou este plano de ação estratégica em comum acordo com Humberto Delgado, que na altura encontrava-se, conforme afirmamos anteriormente, na condição de líder e exilado político no Brasil.

## Henrique Galvão e a operação Dulcinéia

O navio escolhido foi o pacote “Santa Maria”, que tinha largado em 9 de janeiro de 1961 para uma viagem regular até Miami. Galvão embarcou clandestinamente no navio, em Curaçao, Antilhas Holandesas. A bordo já se encontravam os vinte integrantes da Direção Revolucionária Ibérica de Libertação (DRIL), grupo que assumiu a responsabilidade pelo assalto. O navio levava cerca de 612 (seiscentos e doze) passageiros, muitos norte-americanos, e 350 (trezentos e cinquenta) tripulantes. A operação começou na madrugada de 22 de janeiro, com a

ocupação da ponte de comando. Um dos oficiais de bordo ofereceu resistência e foi morto a tiro; os restantes renderam-se.

O paquete mudou de rumo e partiu em direção a África. O plano liderado por Henrique Galvão era dirigir-se à ilha espanhola de Fernando Pó, no golfo da Guiné, e a partir daí atacar Luanda, que seria o ponto de partida para o derube dos governos de Lisboa e Madrid. O corajoso Um plano teve, entre outras finalidades, chamar a atenção do mundo para a longa ditadura portuguesa e, em simultâneo, denunciar o regime ditatorial de Francisco Franco em Espanha.

Face a toda movimentação, em Angola tem-se registro dos primeiros conflitos em grande escala contra o regime colonialista vigente, que, como se sabe, atingirá imprevistas proporções.

No decorrer da curta duração em que se estendeu o episódio, Galvão “governou” o navio, chamou a atenção do mundo, conferenciou com emissários dos Estados Unidos e do Brasil. A bordo do navio, na liderança da ousada operação, após ter mobilizado e atingido parte de seus fins, a luxuosa embarcação foi avistada por um cargueiro dinamarquês que informou a guarda costeira americana. Daí, não tardou a chegada dos navios de guerra.

Henrique Galvão decidiu rumar ao Recife e render-se às autoridades brasileiras, pedindo asilo político, que foi aceite. Henrique Galvão também veio a falecer em São Paulo, em 25 de junho de 1970, aos 75 anos acometido de *Alzheimer*.

A despeito da arrojada e estratégica operação liderada por Galvão, é possível aproximar com outro gesto de menor proporção, que entretanto diz respeito a uma passagem no final do seu julgamento no 1º Tribunal de Santa Clara, que podemos colher um significado: o momento em que Henrique Galvão, após a condenação (p. 150) levanta-se diz:

Peço licença para oferecer a V. Excia. Como modesta lembrança deste natal e da causa que julgou, um exemplar, (sem valor comercial) de *Tartufo*, de Molière. A oferta não é de um condenado. É de um dramaturgo.

Comédia do século XVII, *Tartufo* foi encenada 1664 e, imediatamente censurada pelos religiosos que, no texto, foram representados na personagem-título como dissimulados. Molière utiliza em seu texto elementos de refinada linguagem cômica, abordando com ironia as relações humanas que envolvem questões como a religião, o poder e a ascensão social. Utilizando-se como mote a aristocracia francesa em luta por manter seus privilégios, a burguesia emergente sequiosa por ampliar seu *status quo* e ainda o papel intrigante dos religiosos, é, no entanto, através da popular e sábia “Dorina”, a empregada, que Molière desconstrói a hipocrisia de estrutura social da época, desmascarando o farsante “Tartufo”.

O gesto de Henrique Galvão ao final do seu julgamento reveste-se de profundo significado e fornece uma chave interpretativa para o estabelecimento de uma relação entre as personagens principais: Orgon pode remeter ao sistema que oprime o país e Tartufo à figura do seu dirigente máximo, neste caso o seu primeiro ministro, que estaria a lançar mão de todo subterfúgio para ludibriar e espoliar seus ingênuos admiradores.

*Os últimos dias do fascismo português*, pelo seu conteúdo e atendendo aos fins a seus fins precípuos que se propôs é produzido em linguagem jornalística.

A escolha de uma tipologia de gênero jornalístico como forma de expressão, enquanto instrumento, para tratar cada acontecimento, já é por si só, ideológica. Na medida em que esta opção está assente em critérios básicos que vão revelar a intenção da autoria em se reportar ao fato, em comentar ou em provocar a opinião do público leitor para prepará-lo coletivamente para a tomada de decisão em sintonia com a formação discursiva e ideológica que a obra recém lançada vem a postular.

#### Considerações finais

Ao nos voltar para os núcleos fundamentais de interesse apreensíveis nas produções literárias dos intelectuais portugueses que viviam em situação de exilados políticos no Brasil, anotamos que Maria Archer dedicou-se, com intenso interesse, ao episódio do Julgamento do 1º Tribunal de Santa Clara, deu visibilidade aos conflitos e movimentos de libertação da África colonial.

Pela sua temática, *Os últimos dias do fascismo português* se coloca como uma contribuição literária e um documento histórico e revela que as circunstâncias do exílio impuseram à escritora viajante e viajada a redefinição e a reconstrução de um conceito de identidade, entre os países que se comunicam através da língua portuguesa. A crítica tem apontado essa condição de uma forma particular de exílio vivida por muitos intelectuais contemporâneos, geradora de um pensamento que se esforça por articular mundos e universos culturais diferentes.

Pouco a pouco, a experiência compartilhada entre os mundos em que viveu, levou a escritora e jornalista Maria Archer ao encontro de uma maneira de pensar que tendia a desconstruir os paradigmas do conhecimento ocidental, num mundo crescente marcado pela visão anticolonialista. O seu livro é canal de expressão de sua posição política.

A nova postura adotada, pensada e vivida por Maria Archer, pode ser presentida no teor anticolonialista logo no prefácio da obra, onde apela à mobilização dos países e a solidariedade entre as nações, fundada na íntima conexão dos seus destinos.

## Referências bibliográficas

- Archer, M. (1959). *Os últimos dias do fascismo português*. São Paulo: Liberdade Cultura.
- Archer, M. (1938). *Ida e Volta duma Caixa de Cigarros*. Lisboa: Editorial O Século.
- Archer, M. (1947). *Casa Sem Pão*. Lisboa: Empresa Contemporânea de Edições.
- Battista, E. (2007). *Entre a literatura e a imprensa: percursos de Maria Archer no Brasil* (Tese de Doutorado). Universidade de São Paulo.
- Battista, E. (2011). Entre impressões e opiniões: Apontamentos sobre Machado Cronista e a imprensa periódica no Brasil. *Revista ECOS. Literaturas e Linguísticas*, 8 (11), 33-40. Cáceres-MT: Editora Unemat.
- Battista, E. (2012). Literatura e Solidariedade – um estudo de Brasil, Fronteira da África, de Maria Archer. In R. Gomes & O. A. Moreira (Orgs.), *Vida e obra de Maria Archer – Uma Portuguesa da Diáspora* (pp. 28-31). Lisboa: Edição Mulher Migrante – Associação Estudo, Cooperação e Solidariedade.
- Battista, E. (2012). Maria Archer – O encontro com uma escritora viajante. In M. M. Aguiar & M. G. S. Guedes (Orgs.), *Encontro Mundial de Mulheres Portuguesas na Diáspora* (pp. 16-17). Lisboa: Edição Mulher Migrante – Associação Estudo, Cooperação e Solidariedade.
- Fernandes, A. J. (2010). *Introdução à Ciência Política: Teorias, Métodos e Temáticas* (3ª ed.). Porto: Porto Editora.

- Hobsbawm, E. (2010). *A Era dos Extremos* (5ª ed.). Trad. Manuela Madureira & Catarina Madureira. Lisboa.
- Rémond, R. (2011). *Introdução à História do Nosso Tempo. Do Antigo Regime aos Nossos Dias* (4ª ed.). Trad. Teresa Loureiro. Lisboa: Gradiva.
- Rosas, F. (2013). *Salazar e o Poder. A Arte de Saber Durar*. Lisboa: Tinta da China.
- Salazar, A. O. (1937). *Discursos e Notas Políticas* (1928-1934). Vol. I. Coimbra: Coimbra Editora.
- Salazar, A. O. (1967). *Discursos e Notas Políticas* (1956-1966). Vol. VI. Coimbra: Coimbra Editora.

## Resumo

Ao aprofundar a análise dos núcleos fundamentais de interesse apreensíveis nas colaborações dos intelectuais portugueses que viviam em situação de exilados políticos no Brasil, no período de 1955 a 1977, anotamos que Maria Archer, jornalista portuguesa, se destaca como produtora textual, articulista e formadora de opinião. Assim, procuraremos desenhar melhor a trajetória da sua atuação, situando-a historicamente no contexto de intenso engajamento político, social e cultural no exílio em terras brasileiras, debruçando-se sobre os movimentos de libertação do regime opressor e os latentes conflitos coloniais, sobretudo no contexto da publicação do livro *Os últimos dias do fascismo português*, em 1959.

## Abstract

When deepening the analysis of the fundamental nuclei of interest apprehended in the collaborations of Portuguese intellectuals who lived as political exiles in Brazil, from 1955 to 1977, we notice that Maria Archer, a Portuguese journalist, stands out as text producer, columnist and opinion maker. Thus, we will seek to better draw the trajectory of her performance, placing it historically in the context of intense political, social and cultural engagement in exile in Brazilian lands, focusing on the liberation movements of the current regime and the latent colonial conflicts, especially in the context of the publication of the book *The last days of Portuguese fascism*, in 1959.